

DICIONÁRIOS DO PORTUGUÊS: DA TRADIÇÃO À CONTEMPORANEIDADE

Maria Tereza Camargo BIDERMAN¹

- RESUMO: Este artigo expõe uma visão panorâmica sobre dicionários no mundo latino, focalizando a produção lexicográfica em Língua Portuguesa, particularmente os dicionários gerais da língua. Depois de historiar rapidamente os primórdios da dicionarística na tradição ocidental, descreve, em linhas gerais, as primeiras grandes obras lexicográficas em Português. Discorre, a seguir, sobre o início da produção lexicográfica no Brasil. No último item, este estudo examina a lexicografia em língua portuguesa na contemporaneidade, analisando e criticando quatro dicionários gerais do Português contemporâneo, sendo três brasileiros – o *Aurélio* (FERREIRA, 1999), o *Houaiss* (2001), o *Dicionário de usos* (BORBA, 2002) – e um português, o *Dicionário da Academia de Ciências de Lisboa* (DICIONÁRIO..., 2001).
- PALAVRAS-CHAVE: Dicionários; lexicografia em língua portuguesa; tradição lexicográfica; dicionários gerais do português; dicionários contemporâneos do português.

1 O papel do dicionário na sociedade

O léxico de uma língua natural registra o conhecimento do universo na forma de palavras. Ora, o tesouro vocabular de um idioma constitui um conjunto de dimensões indeterminadas. De fato, o número total de palavras de uma língua de civilização pode atingir uns 500.000 vocábulos ou mais. Além disso, sendo um conjunto aberto, novas palavras são criadas continuamente pelos usuários, especialmente os mais cultos e mais criativos, e também pelos cientistas (as terminologias científicas), embora qualquer falante possa contribuir para a geração lexical.

Por outro lado, como afirma Lara (1992, p.20), “o dicionário representa a memória coletiva da sociedade e é uma de suas mais importantes instituições simbólicas”. E

¹ Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP – UNESP Endereço eletrônico: mtbider@attglobal.net.

como diz Rey (1994, p.xvii), "o dicionário ... constitui o acervo e o registro das significações que nossa memória não é capaz de memorizar".

O dicionário é também e sobretudo um produto lingüístico; constitui "o resultado de uma infinidade de atos verbais que, na experiência social, desligaram-se de seus atores" (LARA, 1992, p.20) para passar a fazer parte do patrimônio cultural coletivo, especialmente o que foi dito inteligentemente no seio dessa sociedade. O conjunto dos usos sociais da língua estão refletidos no dicionário.

Além disso, o dicionário descreve o léxico em função de um modelo ideal de língua – a língua culta e escrita. Só circunstancialmente registra os padrões subcultos, ou desviantes da norma padrão, tais como os usos dialetais,² populares, gíriáticos. Dessa forma o dicionário convalida e promove a linguagem aceita e valorizada em sua comunidade.

2 O dicionário na tradição ocidental: primórdios

Com a invenção da imprensa e sua popularização na Europa iniciou-se a produção de dicionários no século XVI.

Os primeiros dicionários eram glossários bilíngües latino-vernáculos. Nessa época em que o processo de globalização estava em seus primórdios, os estados, que se constituíam na Europa, intensificavam seus contatos recíprocos. Na cultura humanista do Renascimento os dicionários passaram a desempenhar um papel importante.

A interação dos diversos povos europeus motivou a produção de muitos dicionários bilíngües e até multilíngües para servir à comunicação de nações de culturas e línguas diferentes.

Pouco a pouco, a hegemonia exercida pelo latim foi sendo substituída pela crescente valorização dos vernáculos, especialmente os de origem latina. A compilação de vocabulários monolíngües dessas línguas para a produção de uma obra de cunho pedagógico iniciou-se na Itália, no século XVI. A requintada corte dos Médici em Florença atribuía grande importância à literatura e ao cultivo das artes, suscitando a aparição dos primeiros vocabulários da língua vulgar que passaram a ser valorizados *per se*. Os primeiros vocabulários da língua vulgar basearam-se nos autores fundadores da Literatura Italiana – Dante, Petrarca e Bocaccio –, considerados por esses dicionaristas pioneiros como suprema autoridade em matéria de língua. O primeiro dicionário abrangente da língua italiana é o *Vocabulario Della Crusca*, de 1612; pioneiro também enquanto dicionário acadêmico, o da *Accademia Della Crusca* (VOCABOLARIO..., 1612), de Florença. Fundamentando nos "melhores e mais nobres autores antigos", apresentava-se como obra normativa para aqueles que desejavam escrever bem a língua italiana.

Na Espanha do século XVI, período em que se consolida a unificação política espanhola sob os reis católicos, o Renascimento universalizou o humanismo, as letras e

² "Usos dialetais" foi empregado para referir palavras e acepções de uso regional, circunscritos a algumas regiões.

as artes; os estudos clássicos se instalaram nas universidades, sobretudo na Universidade de Salamanca. Uma grande efervescência cultural tomou conta da sociedade. A popularização da imprensa divulgou rapidamente as grandes obras do passado e do presente. Foi então que intelectuais e grandes humanistas espanhóis publicaram obras como o *Vocabulário universal* de Alonso de Palencia (1490) e Antonio de Nebrija suas obras-marco: os *Vocabulários Latino-Espanhol & Espanhol-Latino* e sua gramática do espanhol (cf. NEBRIJA, 1545), dando ao castelhano o estatuto de uma língua de civilização³ que podia competir com o latim.

Na França, a fundação da Academia Francesa pelo Cardeal Richelieu em 1635 tinha como principal *desideratum* a defesa da pureza e da perfeição da língua francesa. A Academia nasceu com a missão de elaborar um dicionário da língua francesa, que seria um tesouro do idioma e representaria uma autoridade lingüística, bem ao estilo daqueles tempos de governo monárquico autoritário. A primeira edição do dicionário da Academia Francesa em 1694 (*DICIONNAIRE...*, 1694) constitui uma marco na história do francês. O fato importante a assinalar é a institucionalização de uma entidade com foros de autoridade lingüística – a Academia de Letras – para zelar pela língua. O dicionário é investido da autoridade de guardião da língua. Aliás, várias culturas latinas herdaram esse vezo ideológico não só com respeito às academias literárias e sua função cultural, mas também com relação aos dicionários. Instituiu-se assim o princípio da autoridade lingüística do dicionário na sociedade.

3 Primeiras grandes obras lexicográficas em português

3.1 No mundo de língua portuguesa, apesar de várias obras lexicográficas de menor alcance nos séculos XVI e XVII, o primeiro dicionário realmente digno do nome é o do Padre Rafael Bluteau (*Vocabulário português e latino*, 1712-28, 8v. e 2 supl.), obra monumental sobretudo para o seu tempo. Embora seja um dicionário bilíngüe (português-latim), a parte relativa ao português é praticamente uma descrição do léxico português daquela época.

Vale a pena lembrar uma afirmação de Bluteau (1712) em seu “prólogo ao leitor⁴”: “não temos outra prova da propriedade das palavras, que o uso dellas, & deste uso não há evidência mais certa, & permanente, que a que nos fica nas obras dos Autores, ou manuscritos ou impressos”.

Mostra, assim, clara consciência da importância da documentação escrita para registrar os usos das palavras. Bluteau (1712) considerou fundamental documentar esses usos e os significados das palavras com abonação de autores, indicando detalha-

3 Convém lembrar a hegemonia exercida pelo latim no contexto sociocultural do século XVI. Até então só o latim tinha prestígio universal no Ocidente. De fato, o latim era considerado a única língua a ser adotada como veículo universal para as ciências e as artes, sobretudo nos grandes centros de saber da época, as universidades.

4 Cf. o primeiro volume de *Bluteau* (1712), *Catalogo alphabetico, topographico e chronologico dos autores portuguezes, citados pella mayor parte nesta obra...*

damente a referência, o que é uma novidade para o início do século XVIII. Ele é um típico representante da cultura humanista de seu tempo.

O *corpus* com que Bluteau (1712) trabalhou totalizava 406 obras, aproximadamente, de autores dos séculos XVI a XVII.

O dicionário de Bluteau (1712) tem caráter enciclopédico, dando muitas informações em cada um de seus verbetes, além de indicar quando o termo procede de terminologias científicas.

Mais tarde Antônio de Morais Silva elaborou o mais importante e célebre dicionário do português (SILVA, 1813) dos inícios de nossa tradição lexicográfica. A primeira edição do *Morais* de 1789 (SILVA, 1789) foi considerada pelo autor uma mera compilação do dicionário de Bluteau (1712), razão por que não lhe após seu nome. Ele afirma que apenas extraiu do dicionário bilingüe de Bluteau (1712) o vocabulário português. A segunda edição de 1813 pode ser considerada a edição *princeps* do *Morais*. Esse dicionário se baseou num *corpus* de 203 autores dos séculos XVI a XVIII como fonte de referência.

Constitui obra de grande fôlego para a época, embora contenha nomenclatura de apenas aproximadamente 40.000 verbetes. Morais sempre indica suas fontes documentais nos verbetes. Redigiu uma introdução em que explicou como confeccionou seu dicionário. Uma característica deste dicionário é o empenho do autor em fazer descrições precisas dos referentes e dos conceitos.

Podemos considerar o *Morais* (SILVA, 1813) como um dicionário de língua, registrando o vocabulário mais usual na língua escrita e oral do seu tempo. Um aspecto digno de nota: o *Morais* (*ibidem*) indica diferentes níveis de linguagem, se necessário, e as variações lingüísticas das palavras.

Em cada verbete deste dicionário, ao lado da entrada, indica-se a classe gramatical a que pertence a palavra. Vem, a seguir, a definição com exemplos tomados a autores, com indicação completa da referência: obra, capítulo, tomo, página etc. Os verbetes do *Morais* (SILVA, 1813) são mais bem estruturados e mais claros do que os de Bluteau (1712). Além disso, o *Morais* (SILVA, 1813) registra também os diferentes níveis de linguagem, isto é, se a palavra é vulgar, familiar, obscena, gíria, regional etc.

O registro de termos científicos, conforme a ciência da época, é outro aspecto importante do *Dicionário* de Morais (*ibidem*). Assim, quando pertinente, indicam-se os domínios do conhecimento: astronomia, anatomia, botânica, aritmética, arquitetura, farmácia, física, geografia, geometria, medicina, matemática, música, náutica etc.

Durante todo o século XIX e mesmo no século XX, o *Morais* constituiu uma referência lexicográfica fundamental da língua portuguesa, podendo ser considerado a primeira codificação abrangente do léxico português.

Ao longo do século XIX foram publicadas várias edições de *Morais*, com a adição de novos verbetes e alterando-se bastante a obra original desse autor (*ibidem*). Até mesmo na 3ª edição (SILVA, 1823) em que ele trabalhara muito, e que foi publicada após sua morte. A última edição do *Morais* – a 10ª – (SILVA, 1949) é uma obra já extremamente distanciada da original e, a rigor, nem deveria ser batizada com o nome de Morais. Trata-se da versão dirigida por José Pedro Machado e publicada pelo Editorial Confluência, 1949-1957, em doze volumes.

No século XIX duas outras obras lexicográficas merecem destaque: primeiro, o *Grande dicionário português* ou *Tesouro da língua portuguesa*, de Frei Domingos Vieira (1871-1874); segundo, o *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa* de Caldas Aulete (1881). O dicionário de Vieira (1871) gozava e goza de reputação merecida. Registra uma ampla nomenclatura; em geral define bem as palavras; inclui um grande número de locuções, combinatórias, expressões idiomáticas e provérbios, além de abonações das palavras-entrada. A despeito de registrarem etimologias e muita informação, os verbetes poderiam ser melhor organizados e de modo mais sistemático. O *Aulete* (1881) possui muitas qualidades, podendo ser considerado um dicionário moderno para o seu tempo; registra sobretudo a língua da época da sua confecção, descartando arcaísmos. São boas as suas fontes documentais. Contudo, nas abonações, o *Aulete* (1881) só indica o autor, negligenciando informações importantes como o registro da fonte (obra), data da edição e página. Geralmente as definições são adequadas e a ordenação das acepções também.

Outro dicionário famoso, do século XIX, é o *Cândido de Figueiredo* (*Novo dicionário da língua portuguesa*) cuja primeira edição é de 1899. Seu autor pretendia ter elaborado o mais completo dicionário do português, pois gabava-se de ter incluído regionalismos de todos os territórios onde se falava o português no mundo (FIGUEIREDO, 1899). Contudo, apesar da extensão do repertório registrado, o dicionarista não teve muito cuidado em suas pesquisas sobre suas fontes documentais. A obra padece de sérios defeitos e contém até impropriedades graves. A nomenclatura é muito extensa, pois inclui muitas palavras raras. A microestrutura do verbete é bastante simples e, às vezes, as definições são ruins e até erradas. Esse dicionário teve muitas edições, embora não merecesse o grande prestígio que lhe foi atribuído.

Na primeira metade do século XX convém ressaltar algumas edições do *Morais*, do *Cândido de Figueiredo*, do *Aulete*.

3.2 Início da produção lexicográfica no Brasil. Desde a fundação da Academia Brasileira de Letras (ABL), Machado de Assis programara a elaboração de um vocabulário de brasileirismos. Em 1926-1927 a ABL começou a imprimir e rever a primeira parte desse trabalho, que não chegou a ser publicado. Posteriormente houve tentativas frustradas de retomar o empreendimento.

Laudelino Freire apresentou um projeto de dicionário à Academia, lembrando aos acadêmicos que todas as grandes academias européias – a italiana e a francesa – tinham estabelecido como sua obra máxima a elaboração de um dicionário da língua. Como o projeto da ABL se desenvolvia lenta e precariamente, Laudelino decidiu elaborar um dicionário do português e montou sua equipe para tal fim. O *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*, organizado por Laudelino Freire, foi publicado no Rio de Janeiro de 1939 a 1944. Organizado em cinco volumes, o dicionário (FREIRE, 1939) prima pela riqueza vocabular, com a inclusão de muitas locuções e expressões, neologismos e termos técnicos, além de outras qualidades como numerar as acepções das palavras-entrada. Entre outros problemas apresenta o de não ter cuidado com a inclusão de vocábulos meramente virtuais e não documentados na língua. Na Introdução de seu dicionário, diz Laudelino Freire que "o Brasil, país civilizado e de vida mais

que quatro vezes secular, ainda não possui o seu dicionário, sendo um dos poucos ou talvez o único nestas condições” (FREIRE, 1939, p.xiv).

Embora o *Grande e novíssimo dicionário* (FREIRE, 1939) buscasse preencher uma lacuna cultural brasileira, de fato tentou atender a consulentes do Brasil e de Portugal, ignorando o problema posto pelas divergências existentes entre as duas variedades do português, tanto no domínio lexical, no qual elas são mais abundantes, como também no gramatical e sintático. Laudelino Freire indicou os vocábulos usados em Portugal como lusitanismos, bem como os do português da África e da Ásia, considerando que fazia um dicionário para brasileiros. Esse dicionário (FREIRE, 1939) tentou padronizar a ortografia, problema extremamente sério para as sociedades de língua portuguesa naquela época, dado o caos ortográfico em que se vivia. Não obteve grande sucesso e não chegou a uma segunda edição.

Entretanto, a ABL ainda não produziu o seu dicionário, um dos objetivos de sua fundação. Em 1940 a Academia incumbiu Antenor Nascentes da elaboração desse dicionário. Foi escolhido como modelo o *Diccionario de la Real Academia Espanhola* (Drae). Em 1943 Nascentes entregou o manuscrito à ABL, o qual foi aprovado para publicação. Passaram-se ainda anos até que esse dicionário fosse publicado – 1961-1967 – em cinco volumes.

A nomenclatura do dicionário de Nascentes (1961), ou da Academia Brasileira de Letras, totaliza aproximadamente 100.000 verbetes. Não há abonações nos verbetes; quando necessário para o entendimento da definição, o dicionarista criou exemplos, que são, porém, raros. Apesar das muitas qualidades desse dicionário, ele também não teve grande fortuna. Primeiro, porque foi publicado muitos anos depois de concluído e não há nada que envelheça mais do que o léxico; segundo, porque resultou em obra volumosa e o público comprovadamente prefere compulsar uma obra lexicográfica em apenas um volume e que lhe custe menos.

3.3 Relativamente à descrição do léxico brasileiro, na verdade, nenhum desses dicionários havia-se desincumbido dessa tarefa.

Durante séculos o léxico do português brasileiro tivera a língua falada como suporte. A fixação da variedade brasileira do Português foi um processo lento que abrangeu séculos. Na verdade, as grandes obras lexicográficas do século XIX retrataram apenas o português europeu.

Convém lembrar que o português do Brasil (PB) é essencialmente a mesma língua de Portugal. As características lingüísticas típicas do PB situam-se no plano da *norma* e não do *sistema*. Entretanto, é no léxico que o português do Brasil mais se distingue do português europeu.

Somente em 1938 o português brasileiro passou a contar com um dicionário que registrou seu patrimônio lexical: o *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa* (PDBLP), obra modesta e de porte reduzido. É importante lembrar aqui que o dicionário é um instrumento indispensável e imprescindível na fixação do léxico de uma língua e ferramenta básica na consolidação de uma língua escrita e literária.

Pela primeira vez, pois, o PDBLP (PEQUENO..., 1938) documentou a norma lingüística do Brasil e seu vocabulário. Esse dicionário teve um sucesso extraordinário para a época, constituindo-se num *best-seller* no Brasil atrasado e rural de então. Até a 3ª edição de 1942 vendeu 100.000 exemplares. Nessa edição Aurélio Buarque de Hollan-

da Ferreira aparece como colaborador e redator. A partir da 6ª edição do PDBLP, Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira passou a ser seu principal editor, tendo trabalhado intensamente em todas as suas edições sucessivas. O PDBLP teve onze edições, sendo a última de 1967; sua carreira gloriosa foi interrompida quando a ditadura militar fechou a Editora Civilização Brasileira, que o publicava. Esse desastroso feito do arbítrio político deixou os brasileiros novamente órfãos de um porta-voz da sua variedade lingüística. Tal lacuna dicionarística possibilitou a Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira publicar seu dicionário em 1975, obra essa que iniciou também uma carreira de sucesso, em grande parte por não ter nenhum concorrente de peso naqueles anos em que o Brasil já se tornara uma nação moderna e carecia tremendamente de um dicionário para preencher suas necessidades básicas de fornecer um padrão lingüístico e lexical e, mais ainda, um padrão ortográfico.

4 A lexicografia em língua portuguesa na contemporaneidade

Nesta última parte, serão comentados os quatro dicionários gerais do português contemporâneo: o *Aurélio* (FERREIRA, 1975, 1986, 1999), o *Houaiss* (2001), o *Dicionário de usos* (BORBA, 2002) e o *Dicionário da Academia* (DICIONÁRIO..., 2001).

4.1 Um dos problemas do dicionário *Aurélio* (FERREIRA, 1975, 1986, 1999) é a falta de fundamentação teórica de natureza lingüística e lexicológica. Existem propriedades na identificação de lexias complexas e nas subentradas dos verbetes. De fato, as fronteiras entre uma unidade lexical complexa e um sintagma discursivo livre são muito difusas, pois a lexicalização das unidades complexas não se verifica de modo uniforme. Para melhor explicitação desse argumento, cito trabalho meu não-publicado, *A unidade lexical e o lema do dicionário de língua*:

Nas realizações discursivas (orais e escritas) as fronteiras entre uma unidade lexical complexa e um sintagma discursivo são difusas. Existe toda uma gama de soldadura entre os elementos de uma seqüência lingüística. Ocorre um processo de cristalização dessas seqüências discursivas que pode desaguar naquilo que chamaremos de *lexia complexa*. Assim, podemos identificar lexias complexas cujos elementos componentes estão perfeitamente soldados, e outras com um forte índice de coesão interna. Quase poderíamos afirmar que a freqüência do uso vai dando aos falantes um forte sentimento de cristalização da seqüência discursiva ...

O fenômeno da *lexicalização* das unidades complexas não se verifica de modo uniforme. Os falantes discordam quanto ao grau de cristalização dessas unidades, máxime os grupos profissionais, usuários das linguagens especializadas.

Como o léxico é um conjunto aberto

As combinatórias lexicais discursivas podem deixar de ser meras combinatórias freqüentes de unidades léxicas para se converterem em novas unidades do léxico da língua. (BIDERMAN, 2000)

Além disso, uma vasta gama de ambigüidades se origina na ortografia, conservadora e inconsistente, uma vez que muitas unidades complexas já categorizadas em lexias complexas são grafadas como se fossem várias unidades.

Assim, por exemplo, na entrada/verbo *água*, o *Aurélio* (FERREIRA, 1975, 1986, 1999) inclui como subentradas: *água benta*, *água destilada*, *água mineral*, *água oxigenada*, *água potável*, o que procede, uma vez que tais unidades léxicas são, de fato, variações de uma entidade designada como *água*. E o dicionarista distingue, com pertinência, como entradas separadas: *água-de-colônia*, *água-de-coco*, considerando-as unidades léxicas distintas. Isso faz sentido, uma vez que *água-de-coco* e *água-de-colônia* não são modalidades de *água*.

Há outros casos, porém, em que o dicionarista deveria ter dado entrada separada para sintagmas lexicalizados (palavras compostas) que designam conceitos bastante distintos e já distanciados da base lexical de que derivam. É o caso de: *ar-condicionado*, *assistência social*, *folha corrida*, por exemplo. Essas unidades léxicas complexas derivam de *ar*, *assistência* e *folha*; porém, no atual estado sincrônico do português, constituem unidades léxicas autônomas, devendo ser-lhes dado o estatuto de palavras distintas que compõem o acervo vocabular da língua; logo, devem integrar a macroestrutura do dicionário.

Basta opor tais decisões a outras soluções diferentes em que Aurélio (FERREIRA, 1975, 1986, 1999) deu entrada a palavras compostas considerando-as verbetes: *capim-açu*, *capim-amargoso*, *capim-bambu*, *capim-guiné*, *castanha-do-pará*, *castanha-do-maranhão*.

Há também incoerência no uso do hífen, pois ora o dicionarista grafava a unidade complexa com hífen, ora sem hífen.

Outros problemas surgiram de Aurélio (FERREIRA, 1975, 1986, 1999) ter-se curvado ao peso da tradição lexicográfica, dando entrada individual a palavras desaparecidas de há muito no uso da língua. É o caso de verdadeiros fósseis lexicais como *guisa*, *soslaio*. Ora, tais vocábulos não existem mais no português contemporâneo – são palavras mortas. Assim, o dicionarista deveria ter considerado *à guisa*, *de soslaio* como entradas da nomenclatura, visto como são esses advérbios, ou locuções adverbiais, que perduram na língua moderna.

Outra inadequação de Mestre Aurélio: a não-discriminação de muitos homônimos hoje indiscutíveis no português moderno. Por ter tomado como modelo o *Diccionario de la Real Academia Española* (DICCIONARIO..., 1956), considerou como homônimos apenas palavras de étimo diferente. A dicionarística moderna prefere tratar como homônimos palavras de forma idêntica mas cujo significado está tão distanciado que não possuem mais semas comuns, mesmo se, no passado, esses vocábulos tiveram uma mesma origem. É o caso de *banco*, *barbeiro*, *bote*, *cabo*, *canal*, *estado*, *montar*, *ponto*, *renda*, *trevo* etc. Em alguns casos o dicionarista distinguiu os homônimos, como em *banco*, *cabo*, *renda*; mas em outros, não.

A edição de 1986, que é, de fato, a última edição do *Aurélio* (FERREIRA, 1986), visto como o *Aurélio do século XXI* (FERREIRA, 1999), já não foi obra de Mestre Aurélio, que já havia morrido. Não me parece que se deveria adulterar o dicionário usando o mesmo nome, como fez a editora, seguindo atitudes similares de editores do passado que assim agiram com o *Morais* (SILVA, 1813). A edição de 1986 (FERREIRA, 1986) contém 115.243 verbetes. Essa nomenclatura inclui um significativo número de neologismos e estrangeirismos, de termos técnico-científicos, de palavras desusadas e obsoletas, de vocábulos literários raros, muitos lusitanismos e ainda um número imenso de regiona-

lismos do Brasil, os quais Aurélio marcou como *brasileirismos*, num total de 24.632. Geralmente o dicionarista registrou a região do país em que o vocábulo seria usado. Carece, porém, de critério nesse caso também. Não indicou nenhuma de suas fontes documentais em que teria colhido tais regionalismos. Ora, os glossários e os vocabulários de regionalismos publicados no Brasil, nos séculos XIX e XX, com poucas exceções, não são fidedignos. Seja como for, Mestre Aurélio jamais registrou suas fontes de recolha, o que seria indispensável para um dicionário geral da língua com autoridade.

4.2 O dicionário *Houaiss* (2001) revela desconhecimento da Teoria Lexical, Gramatical e Lingüística.

Um exemplo é o tratamento dado a unidades menores que a palavra como *morfemas derivacionais* e *elementos de composição*. Embora os dicionários modernos incluam, e com razão, esse tipo de formantes de palavras, importa que os dicionaristas tenham bem claros e definidos tais conceitos. Não é o que ocorre no *Houaiss* (2001), sendo discutível a inclusão, nesse dicionário, de muitas unidades como *elementos de composição* em desacordo com a Teoria Lexical. No *Houaiss* (2001) há inúmeros deslizes, incluindo-se um número imenso de pseudo-elementos de composição. De fato, muitas vezes são aí incluídos como *elementos de composição* pseudomorfemas que não podem ser assim categorizados. Exemplos: *deix-*, *desequ-*, *desentros-*, *eleit-*, *envid-*, *fabr-*, *lobreg-*, *mend-*, *nomo-*, *-oivar*, *plant-*, *pot-*, *prec-*, *put-*, *reboc-*, *senh-*, *simetr(i/o)-*, *temper-*, *trib-*. Tais segmentos não têm autonomia. Em muitos casos trata-se de raízes ou radicais. Mas não são *elementos de composição*.

É verdade que a questão das fronteiras entre a composição e a prefixação é controversa. Contudo, os exemplos citados e centenas de outros não podem ser classificados nem como prefixos, nem como elementos de composição.

No *Houaiss* (2001), a **nomenclatura** inclui um número imenso de criações virtuais que não estão documentadas. Alguns exemplos: *abrenunciar*, *açafatar*, *diluviar*, *dobragem*, *doidaria*, *enfastiadiço*, *enfatismo*, *faxinal*, *feriar*, *feriável*, *gênito*, *imiscível*, *impolítica*, *impolítico*, *inesculpido*, *manducação*, *manducativo*, *manducável*, *martelejar* etc. Como afirmamos, no início, citando Lara (1992) e Rey (1994), o dicionário representa a memória coletiva da sociedade, recolhendo o acervo e o "registro das significações que nossa memória não é capaz de memorizar" (REY, 1994, p. xvii).

Muitas das contrafações do *Houaiss* (2001) derivam do fato de que ele recolheu sua nomenclatura em vários dicionários gerais do português que o precederam, os quais careciam de rigor na seleção das palavras-entrada.

Na ciência dicionarística contemporânea considera-se que uma palavra faz parte do patrimônio léxico da língua se ela tiver sido usada num determinado número de vezes por diferentes falantes e tiver ocorrido em mais de um tipo de gênero. De fato, o dicionário deve recolher e registrar o vocabulário em circulação na comunidade dos falantes (em geral os mais educados, mas não apenas) documentando essa *norma lingüística* de significados e usos, que não são necessariamente literários, podendo ser, por exemplo, textos jornalísticos.

Houaiss (2001) declarou em seu prefácio que seu dicionário inclui todos os regionalismos brasileiros, a grande maioria dos portugueses, bem como vocábulos regionais de todos os países de fala lusófona. Isso é, no mínimo, um exagero. Acresce que não são indicadas suas fontes documentais de regionalismos. No que respeita ao Por-

tuguês do Brasil, fica evidente que sua fonte de recolha foi o dicionário *Aurélio* (FERREIRA, 1975, 1986), cujas limitações nesse particular já foram comentadas. Cabe ressaltar que o problema dos regionalismos ainda não foi examinado com o rigor que essa matéria requer. Seria necessária uma pesquisa de campo em todos os recantos do Brasil para poder dirimir dúvidas em relação às precárias fontes documentais existentes e restabelecer a verdade lexical.

Quanto a palavras *obsoletas*, existe uma pletera de arcaísmos no *Houaiss* (2001). No capítulo "**etimologia** e história das palavras", os autores do dicionário reivindicam como uma marca de superioridade do *Houaiss* (2001) sobre os dicionários contemporâneos do português o tratamento dessa questão, o que é questionável. A língua portuguesa não possui estudos confiáveis sobre a história de seu léxico em seu conjunto para que se possam fazer afirmações categóricas sobre a origem e a evolução de um número considerável de palavras do nosso vocabulário.

Em suma, para o português do Brasil, o *Aurélio* (FERREIRA, 1975, 1986, 1999) continua sendo um dicionário mais coerente e de melhor qualidade técnica que o *Houaiss* (2001).

Muitas das deficiências detectadas no *Aurélio* (FERREIRA, 1975, 1986, 1999) e no *Houaiss* (2001) com relação à nomenclatura do dicionário resultou de não terem eles se fundamentado em um *corpus* de textos para documentar e autorizar a seleção das palavras-entrada, isto é, dos lemas de sua macroestrutura. A dicionarística moderna se baseia em um *corpus informatizado de referência* para a extração e a seleção das entradas (lemas) do dicionário. Em se tratando de um grande dicionário geral da língua, esse *corpus* precisaria ter grandes dimensões e ser muito diversificado para pretender representar o acervo lexical da língua.

4.3 O *Dicionário de usos do português do Brasil* (DUP), elaborado por F. S. Borba (2002) e outros docentes da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Campus de Araraquara, baseou-se em um *corpus* de língua escrita de mais de 70 milhões de palavras do português brasileiro contemporâneo de 1950 a 1997. Esse *corpus* caracteriza-se por ser muito diversificado e muito representativo da variedade brasileira contemporânea, incluindo todos os tipos de gênero. O dicionário (BORBA, 2002) totaliza aproximadamente 62.000 verbetes e mais de 125.000 acepções. Uma de suas características é documentar cada significado e/ou uso da palavra-entrada com contextos recolhidos no *corpus*. Por essa razão representa, de fato, um retrato do português brasileiro como está sendo usado pelos usuários da língua hoje.

O modelo teórico em que se fundamenta é o da *gramática de valências*. O enfoque sintático-semântico não foi uma decisão muito acertada, sobretudo porque os usuários comuns não têm tais conhecimentos lingüísticos. Além disso, o verbete ficou sobrecarregado com informações gramaticais, dificultando a leitura e a compreensão do mesmo verbete. É verdade que, no caso do verbo, o velho modelo classificatório de verbos em transitivos, intransitivos etc. possui grandes limitações, e não dá conta dos dados lingüísticos. Seja como for, o modelo adotado não ajuda muito o consulente leigo em Lingüística. Outros classificatórios adotados para os nomes, como por exemplo humano/não-humano e contável/não-contável, não acrescentaram muito à descrição do uso das palavras, sobretudo porque tais classificações não foram praticadas de modo sistemático, faltando em numerosos casos. Do ponto de vista da Teoria Lexical,

também não considero boa a decisão de ignorar com frequência o fenômeno da *homonímia*, sobretudo a homonímia de tipo categorial. Assim, substantivos e adjetivos, verbos e substantivos homônimos têm um único lema como entrada; os distintos valores semânticos são arrolados como acepções diferentes de uma mesma unidade lexical considerada, portanto, como polissêmica. Assim, considerou-se *frio* adj. / *frio* Nm. como um só lema, isto é, uma unidade lexical. Igualmente: *fundo* adj. / *fundo* Nm. / *fundo* adv. constitui um único verbete. Os diferentes usos categoriais são registrados como acepções diferentes da mesma unidade léxica. Isso não só não ajuda o consulente a localizar o vocábulo que procura, como também é inexato teoricamente. De fato, a categorização sintática já se deu em nível do sistema da língua e podemos e devemos considerar cada uma dessas formas como unidades léxicas diferentes. Assim, no DUP (BORBA, 2002), as categorizações diferentes estão embutidas no mesmo verbete, contando apenas como novas acepções do vocábulo. Não entrarei em maiores detalhes, mas parece-me um tanto incoerente dar-se primazia para a sintaxe em um caso (adoção da Teoria das Valências) e não se dar no outro: categorização gramatical das unidades léxicas. Tal questão deriva em parte de uma decisão teórica infeliz para elaborar o dicionário: a classificação dos substantivos como nomes. Não é que esteja errado, claro, uma vez que os substantivos são nomes. Contudo, há dois poréns. De um lado, ignora-se a longuíssima tradição gramatical e lexicográfica da língua portuguesa, que sempre distinguiu as duas classes nominais: o substantivo e o adjetivo, em grande parte por causa das peculiaridades sintático-semânticas de cada uma delas. No caso da descrição dicionarística, resultou numa inconveniência séria. Foi preciso mudar todo o modelo de descrição do substantivo; isso tem muitas conseqüências. Gostaria de lembrar uma delas. O substantivo é a principal classe de palavras no processo de geração do léxico e constitui a metade das palavras do vocabulário de uma língua. Por isso funciona como a base principal de formação de lexias compostas e complexas particularmente no domínio das ciências e das técnicas. O modelo teórico formal adotado pelo DUP (BORBA, 2002) criou empecilhos na identificação das unidades derivadas por composição e sobretudo sua eventual inclusão como subentrada no interior do verbete. Vejam-se exemplos: *poder*, verbo, e *poder*, substantivo, foram tratados num único verbete; e *poder executivo* foi considerado uma unidade léxica composta, entrando como um lema da nomenclatura. Mas em *poder executivo* o valor semântico básico (os semas) do substantivo *poder* estão presentes. Logo, não se justifica a entrada autônoma. E onde estão *poder legislativo* e *poder judiciário*? Caso similar é o de *água*. *Água-de-cheiro*, *água-de-coco*, *água-de-colônia* são entradas, o que é legítimo, pois não são tipos de *água*, mas referem conceitos muito distintos no universo extralingüístico. Entretanto, como subentrada no verbete *água* deveriam constar *água potável*, *água salobra*, *água destilada*, *água oxigenada*.

Penso também que a equipe de dicionaristas deveria ter desprezado os *hapax legomena*, isto é, as palavras que ocorreram apenas uma vez no *corpus*, o que não fizeram. Assim, estão registradas como entradas, palavras cujo uso na língua da comunidade como um todo é muito questionável. Como se pretendeu fazer um dicionário de usos, vejo nisso uma incoerência. Os *hapax* podem representar palavras usadas *ad hoc* em circunstâncias particulares, caracterizando o idioleto de um falante ou até de

um escritor. Nem por isso fazem parte do acervo vocabular da língua como instituição social e histórica.

4.4 O *Dicionário da Academia* (DICIONÁRIO..., 2001) possui aproximadamente 70.000 entradas. Descreve o léxico da língua portuguesa contemporânea abrangendo os séculos XIX e XX. Considerar o vocabulário do século XIX contemporâneo é certamente inadequado. Este dicionário inclui também informações sobre outras variedades do português como a brasileira e as variedades de países lusófonos da África. Destina-se a um público amplo.

O *Dicionário da Academia* utilizou como *corpus de referência*:

- obras publicadas desde 1824 até 1994 (Portugal, Brasil e países lusófonos da África);
- obras institucionais portuguesas;
- Diário da Assembléia da República;
- leis e um *corpus* do Supremo Tribunal de Justiça;
- periódicos: jornais, revistas.

No item relativo à bibliografia utilizada, constam dicionários variados da língua portuguesa e de outras línguas: latim, francês, inglês etc.

Trata-se uma **obra descritiva** mas também **normalizadora** no que se refere à grafia, à fonética, à hifenação de compostos e com respeito ao problema do aportuguesamento de estrangeirismos.

No que se refere aos **estrangeirismos**, este dicionário tem uma posição bem-estabelecida, coerente e fundamentada lingüisticamente. Geralmente na forma aportuguesada (ex.: *abajur*), incluiu-se o conteúdo do verbete com remissão à segunda entrada (sem texto definitório) da forma estrangeira original [*abat-jour*] onde consta a remissão para a forma aportuguesada *abajur*. Foi uma decisão acertada, essa dupla entrada – o lema estrangeiro e o vocábulo equivalente aportuguesado. Esse é também o caso de *chauffage* e *chauffeur*, que remetem à entrada do equivalente português *aquecimento*, *motorista*, onde as palavras estão definidas. E de numerosos outros verbetes. Assim, em *e-mail* faz-se a remissão: V. *correio electrónico*. A lexia composta *correio electrónico* aparece como combinatória ou subentrada no verbete *correio* (acepção 11). Infelizmente essa inserção no interior de um verbete – *correio* – é uma desvantagem para o consulente que pode ter algum trabalho em localizar *correio electrónico*. É verdade, porém, que o destaque em negrito ajuda na consulta.

Por outro lado, esse exemplo de *correio electrónico* ilustra bem um dos problemas sobre o conflito entre as variedades do português, criando impasses para o uso deste dicionário por usuários da variedade brasileira. Sabemos que, a despeito do *Acordo ortográfico*, as normas do português europeu e do português brasileiro continuam sendo diferentes. Ver também outros exemplos em que ocorrem diferenças nas formas de aportuguesamento e, portanto, nas grafias: português europeu *bríffingue*, *cartune*, *lô-bi*, *parque de campismo*. No português brasileiro, geralmente a forma inglesa original é mantida: *briefing*, *cartoon*, *lobby* e *camping*.

Este dicionário (DICIONÁRIO..., 2001) inclui palavras usuais no Brasil, embora em Portugal os significantes possam ser diferentes e até mesmo os significados, especialmente no caso de brasileirismos correntes como *banheiro* (*casa de banho*), *delegacia* (*esquadra*), *time* (*equipa*).

Quanto ao tratamento dos **homônimos**, foi feita a discriminação categorial, distinguindo-se dois ou mais vocábulos, o que é correto e adequado. Assim: *frio*¹ adj. / *frio*² s.m.; *docente*¹ adj. / *docente*² s.m.f.; *exterior*¹ adj. / *exterior*² s.m.; *falecido*¹ adj. / *falecido*² s.m.; *saneador*¹ adj. e *saneador*² sub.; *sucursal*¹ adj. e *sucursal*² sub. No caso dos homônimos semânticos, nem sempre foi feita a discriminação em itens lexicais diferentes, dando-lhes entradas separadas. Por exemplo: *canal* com todos os seus sentidos foi tratado como polissemia, a saber: 1. canal de irrigação, 2. Canal da Mancha..., 9. canal de televisão. Entretanto, *cabo*¹ está separado de *cabo*², embora ambos sejam vocábulos que derivam de *caput* do latim.

Em cada verbete o dicionário indica o **étimo** do lema. Vejamos alguns exemplos. Casos de vocábulos de origem indígena: *jacaré* (do tupi *yaka' ré* "o curvo"); *jararaca* (do tupi *yara' raka*) [cf. Cunha: "que envenena ao apanhar"]; *mirim* (do tupi *mi' ri*) [cf. Cunha: *mi' ri* "pequeno"]; *paçoca* (do tupi *pa' soka*) [cf. Cunha: *pa' soka*; *piaba* (do tupi *pi' awa* "de pele manchada"); *tapera* (do tupi *ta' pera* "aldeia extinta") Bras. Casa velha, em ruínas. Apesar de o dicionário cobrir parcialmente um vocabulário típico do Brasil, não constam do dicionário: *jataí*, *jatobá*, *jaú*, *jirau*, *pacu*, *uaçai*, *ubá*, *uiara* etc., e muitos outros itens lexicais que referem **elementos da realidade brasileira** como pássaros, peixes, animais e plantas.

Ainda relativamente à **etimologia**, o dicionário registra étimos de procedências variadas: a) *moqueca* (do quimb. *mu' keka*); *jiló* (do quimb. *njilu*); *tanga* (do quimb. *ntanga* "pano"); b) *nascituro* (do lat. *nasciturus*, part. fut. do v. *nasci* "nascer"); *taramela*, *trameia* (do lat. *trabella*, dim. de *trabes* "trave"); c) *jihad* (ár.); *jarra*¹ (do ár. *djarra*, "vasilha de barro para água"); d) *sangria* (do cast. *sangría*); e) *jingle* (ingl.); bem como criações vernáculas. Em muitos casos, informa-se apenas sobre a origem do étimo como nos exemplos citados (*jihad*, *jingle* e *sangria*). Apesar de o **corpus** de referência indicar dicionários etimológicos, a meu ver, a ciência da Etimologia não está suficientemente desenvolvida em bases científicas no mundo lusófono para que se possa certificar com rigor a origem e a evolução de grande parte do nosso vocabulário. Assim, tais informações, em muitos casos, têm de ser vistas com ressalvas.

No que se refere aos registros sobre **marcas de uso**, o *Dicionário da Academia* (DICIONÁRIO..., 2001) classificou certas acepções como típicas do Brasil, marcando-as como *brasileirismos* (Bras.), várias vezes tal informação é discutível. Seria necessário saber qual a fonte da informação usada pelos dicionaristas. Presumo que seja exclusivamente o *Dicionário Aurélio*. Alguns exemplos: *sabiá* Bras. Pop. pequena ferida que se abre nos cantos da boca ≡ boqueira. [Essa acepção é discutível.] *Moqueca*: 3. Bras. Cul. Peixe assado na grelha, envolto em folhas de bananeira. 4. Bras. Enfiada de peixes pequenos. 5. Bras. Espécie de cataplasma feito com folhas de mangueira e de tabaco, que coloca sobre a cabeça para debelar cefaléias. [Essa acepção é discutível.]; *bombeiro*: Bras. Canalizador. – Parece que só no Rio de Janeiro se usou *bombeiro* com tal sentido, mas não sei se as novas gerações o utilizam; de qualquer forma, não conheço registro fidedigno em outras regiões do Brasil, que justificassem a marca *Bras*. Ainda no verbete *bombeiro*: Bras. Fam. Criança que, durante a noite, tem incontinência urinária. Nunca ouvi ou vi tal uso, embora ambos os usos constem do *Aurélio*. E muitos outros exemplos como: *Capoeira*³ Bras. Os significados 4 e 5 são discutíveis. *Capoeiro*³ como adjetivo também. *Capoeiro*³ s.m. Pequeno veado [Essa acepção é dis-

cutível.] Veja-se ainda a estranha informação em *encardido*: Bras. “diz-se de coisa sobre a qual é difícil dar uma opinião”. E ainda: *tapera*: entrada como adjetivo. 1. Diz-se da casa ou prédio que não está habitado. 2. Que é meio tonto, amalucado.⁵ *Tico-tico*: 3. Estabelecimento de ensino básico; escola primária. E também: 2. Pessoa ou coisa de reduzidas dimensões, de pouca importância.⁶ *xodó* Bras. Ato de namorar = namoro.

Essas poucas amostras evidenciam que a questão dos *brasileirismos e regionalismos brasileiros* precisa de uma pesquisa séria para que os dicionários forneçam informações com maior rigor científico.

O uso do sinal + para indicar co-ocorrentes privilegiados não está indicado em itálico como se afirma nas “Indicações para consulta do dicionário”, mas em negrito. Seja como for o modelo não é bom, deixando a desejar sobretudo em casos como o de *água*. Exemplos: *bombeiro* ex. de combinatória fixa: *corpo + de bombeiros*; *encarnado*¹ adj. *cartão + encarnado*; *chato, cara + chata ... nariz + chato ... pé + chato*. Tal sistema é realmente inadequado para indicar as “combinatórias fixas”. Essas “combinatórias fixas” deveriam repetir a palavra-entrada, seguida dos elementos que integram a combinatória, para que haja maior transparência na descodificação das informações pelos eventuais consulentes.

Outras impropriedades:

1. a despeito dos exemplos registrados no verbete *celebrável*, esse vocábulo é apenas virtual. De fato, não constam abonações.

2. *Celenterado* adj. A definição “Que pertence ou é relativo aos celenterados” está incompleta. Seria necessário fazer a remissão ao verbete *celenterados*, embora esse venha a seguir.

3. *Celebrizar* (De célebre + suf. -izar). Este verbete está bem definido e até abonado; porém, *celebrização*, que também tem entrada própria, é um tanto esdrúxulo; consta um exemplo, mas não um registro que confirme que esta palavra ocorreu. *Chato* adj. A abonação de Alçada Baptista para este lema não foi devidamente documentada, pois a obra não está incluída nas “fontes documentais”. *Amover, amovível*. Tais vocábulos seriam realmente usados em Portugal? Talvez na linguagem jurídica, ou como termo arcaico. O Dicionário da Academia (DICIONÁRIO..., 2001) dá como étimo para *amover* o latim *amovēre*. Em latim esse verbo *amovēre* é mais raro que *movēre* e é mais usado na linguagem jurídica. Nas línguas latinas da Ibéria, *amovível* (port.) e *amovible* (esp.) são cultismos. Assim, é inadequado o uso de *amovível* na definição da acepção 3. De *chaveta*: “cunha amovível que serve para unir duas partes de um mecanismo ou de um objeto”. Parece que as entradas *amover* e *amovível* pretendem justificar essa definição. Tais palavras não constam do *corpus* da UNESP [CEL, Campus de Araraquara] de 180 milhões de palavras.

Nesse caso (*amovível*), a fonte de referência para a Academia pode ter sido o Houaiss (2001), que, como já foi dito, prima pela inclusão de vocábulos exóticos e raríssimos, se é que já foram realizados em textos do português. Nesse dicionário,

5 Acepção discutível. De onde tiraram essa informação?

6 Acepção discutível.

encontramos: *amover*, *amovibilidade*, *amovível*. Registra-se aí que o verbo e o adjetivo são dos séculos XV e XVI, afirmando-se que o adjetivo foi extraído das *Ordenações Afonsinas*. De fato, se a palavra tiver algum uso será apenas na linguagem jurídica, como indica o *Dicionário jurídico* de Magalhães e Malta (1997); contudo, nesse dicionário não existe um verbete para *amovível* e faz-se remissão a *removível*. De qualquer forma, o testemunho desta obra é que se trata de vocábulo exclusivo da linguagem jurídica, havendo nele também referência às *Ordenações Afonsinas* e *Leis Novíssimas*. Portanto, o vocábulo *amovível* não deveria ser usado para definir na língua geral.

Outros senões: *livre-docência*: termo definido como “atividade”. Na verdade é um concurso e um título. Por outro lado, entraram como lemas e verbetes autônomos: *livre-circulação*, *livre-trânsito* a par de *livre-arbitrio* e *livre-câmbio*, o que está bem. Entretanto, propõe-se como plurais: *livres-arbitrios*, *livres-circulações*, *livres-câmbios* e *livres-trânsitos*. Será que esses vocábulos são usados no plural?

No capítulo dos recursos mórficos de geração do léxico, este dicionário registra, por exemplo: “*Manu*- elemento de formação (Do lat. manus, mão). Exprime a noção de mão”. Tal classificação como “elemento de formação” está correta, embora fosse melhor usar um termo consagrado em Morfologia Lexical *formante*.

Geralmente as definições são corretas e adequadas. Exs.: *nação*: “conjunto de pessoas ligadas por tradições históricas e por uma língua, costumes e instituições comuns”. Contudo, não consta nas fontes a referência da obra *Casa do pó* de F. Campos, que abona essa acepção. De qualquer forma, é uma definição melhor que a do Aurélio (FERREIRA, 1975, 1986, 1999) e a do Houaiss (2001).

Outro exemplo de boa definição: *CD-ROM*, *quintalão*. Verbetes bem-feitos é o de *encardido*. Louve-se o fato de esse adjetivo, derivado de part. pass., ter merecido entrada própria; aliás, explicou-se no prefácio que, quando necessário, haveria um verbete individual para adjetivo participial.

Há inúmeros exemplos de verbetes que evidenciam a impossibilidade de se fazer um dicionário único, válido para as diferentes normas do português. No caso das variedades brasileira e europeia, esse desiderato é inviável. Tem de ser como a Academia fez: o dicionário foi elaborado para os usuários europeus, contendo informações registrando as especificidades do português do Brasil, sobretudo de natureza semântica e referencial conforme salientado.

A inclusão de vocábulos de outras variedades do português no *Dicionário da Academia* (DICIONÁRIO..., 2001) é assistemática, deixando a desejar. Há um número insuficiente de entradas relativas às variedades do português não-europeu, aparecendo alguns itens quase como curiosidade, como por exemplo: termos de Macau: *chau-chau* (chauchau), *chau-min* (chaumin); de São Tomé: *quinté* (de quintal), *quidalê*; de Angola: *quibeba*, *quibenza*, *quicola*, *quitaba*. De fato, este desiderato de cobrir todo o universo de língua portuguesa no mundo até o momento presente está longe de ser factível. Continuam a vigorar as práticas do tempo de Candido de Figueiredo, quando a pretendida cobertura universal e integral do léxico do português em todos os continentes revelou-se uma falácia.

Apesar de tudo, o *Dicionário da Academia* (DICIONÁRIO..., 2001) é certamente um dos melhores dicionários gerais do português contemporâneo, se não o melhor.

Fundamentou-se em critérios científicos e é coerente na sua estrutura e descrição do léxico. Ademais, e esta é uma de suas maiores virtudes, baseou-se em um *corpus* de textos do português realmente produzidos.

BIDERMAN, M. T. C. Traditional and contemporary Portuguese dictionaries. *Alfa*, São Paulo, v.47, n.1, p.53-69, 2003.

- **ABSTRACT:** *This article provides an overall view of dictionaries in the neo-Latin world, with a focus on the production of Portuguese dictionaries, mainly the reference works that cover the majority of the lexicon. After analyzing, in broad terms, the beginning of the dictionary-tics in the Western tradition, it examines the most important early dictionaries of the Portuguese language. The article discusses the first dictionaries made in Brazil, and, in the last chapter deals with the most recent general Portuguese dictionaries, analysing and criticising four dictionaries, three Brazilians – Aurélio (FERREIRA, 1975), Houaiss (2001), Dicionário de usos (BORBA, 2002) and the European Portuguese Dicionário da Academia de Ciências de Lisboa (DICIONÁRIO..., 2001).*
- **KEYWORDS:** *Dictionaries; Portuguese lexicography; lexicographical tradition; general dictionaries of Portuguese; contemporary dictionaries of Portuguese.*

Referências bibliográficas

- AULETE, F. J. C. *Dicionario contemporaneo da lingua portugueza*. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira Liv. Ed., 1881. 2v.
- BIDERMAN, M. T. C. A ciência da lexicografia. *Alfa: Revista de Linguística*, São Paulo, v.28, supl. p.1-26, 1984.
- _____. Conceito lingüístico de palavra. In: BASÍLIO, M. *Palavra*. Rio de Janeiro: Grypho, 1999. p.81-97. (Série Linguagem, volume temático I).
- _____. *A unidade lexical e o lema do dicionário de língua*. Araraquara: FCLAr, 2000. (Não publicado).
- _____. *Teoria linguística*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BORBA, F. S. et al. *Dicionário de usos do português do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.
- BLUTEAU, R. *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8 v., 2 supl.
- DICCIONARIO de La Real Academia Española. Madrid: Espasa-Calpe, 1956.
- DICIONÁRIO da língua portuguesa contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa. Lisboa: Verbo, 2001. 2v.
- DICTIONNAIRE de l'Académie Française. Paris: Veuve J.-B. Coignard, 1694. 2v.
- FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2.ed. rev. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

- FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- _____. *Novo Aurélio: o dicionário da língua portuguesa: século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- _____. *Dicionário eletrônico Aurélio. Versão 3.0*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. 1 CD-ROM.
- FIGUEIREDO, C. de. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Liv. Ed. Tavares Cardoso & Irmão, 1899.
- FREIRE, L. *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: A Noite S.A. Ed., 1939-1944. 5v.
- HAENSCH, G. et al. *La lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica*. Madrid: Gredos, 1982.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- LARA, L. F. Sociolingüística del diccionario del español de México. *International Journal of the Sociology of Language (Berlin)*, n.96, p.19-34, 1992.
- MAGALHÃES, H. P.; MALTA, C. P. *Dicionário jurídico*. 8. ed. Rio de Janeiro: Destaque, 1997.
- NASCENTES, A. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1961-1967. 4v.
- NEBRIFA, A. *Dictionarium Aelii Antonii Nebrissensis ...: cui psaeteromnes aeditiones, eiusdem accessit Medicu[m] Dictionarium hactenus nondum typis evulgatum, a Ludovico Nunio... . Dictionarium vero propriorum nominum tam prodit auctius [et] locupletius ... In quo multa locorum nomina Hispan. seu vulgari nomenclatura. Antuerpiae [Belgica]: Iohannes Steelsius, 1545.*
- OLIVEIRA, A. M. P. P. de. *O português do Brasil: brasileirismos e regionalismos*. 1999. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 1999.
- PALENCIA, A. *Vocabulario universal en latin y en romance. Sevilla: Paulus de Colonia, 1490.*
- PEQUENO dicionário brasileiro da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.
- REY, A. Prefácio. In: ROBERT, P. *Le petit Robert*. Paris: Les Dictionnaires Robert, 1994.
- REY-DEBOVE, J. Léxico e dicionário. *Alfa: Revista de Lingüística*, São Paulo, v.28, supl., p.45-69, 1984.
- ROBERT, P. *Le petit Robert*. Paris: Les Dictionnaires Robert, 1994.
- SILVA, A. de M. *Diccionario da lingua portugueza*. Composto pelo Padre D. Rafael Bluteau. Lisboa: Off. De Simão Thaddeo Ferreira, 1789. 2v.
- _____. *Diccionario da lingua portugueza*. 2.ed. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. 2v.
- _____. *Diccionario da lingua portugueza recopilado de todos os impressos até...* 3.ed. Lisboa: Typographia de M.P. de Lacerda, 1823 2v.
- _____. *Grande dicionário da língua portuguesa*. 10.ed. rev. corrigida muito aumentada e atualizada por Augusto Moreno, Cardoso Junior e José Pedro Machado. Lisboa: Editorial Confluência, 1949-1957. 12v.
- SINCLAIR, J. M. et al. *Looking up: an account of the COBUILD Project in Lexical Computing*. London: Collins Cobuild, 1987.
- VIEIRA, D., Frei. *Grande diccionario portuguez ou thesouro da lingua portugueza*. Porto: Ed. Chardron e Bartholomeu H. de Moraes. Rio de Janeiro, 1871-1874.
- VOCABOLARIO degli Accademici de Della Crusca. Venezia: Giouanno Alberti, 1612.